

PREÂMBULO

COOPERATIVISMO E SUA REPERCUSSÃO SOCIAL

Acentua-se a cada dia a percepção de que o cidadão necessita/deve participar efetivamente da vida social, do dia a dia da comunidade e da Pátria. Uma convocação, um desafio cívico, não só para o presente, mas para as gerações futuras. Não há mais como se omitir, se distanciar, ainda mais em tempos em que as pessoas e população se sentem órfãs, esquecidas e usurpadas pelos Poderes Públicos.

Problemas crônicos a exemplo da distribuição equitativa da renda, a redução da concentração da riqueza, o pleno emprego, o acesso universalizado a educação e à informação, inclusão social, melhoria das condições de vida e dignidade são possíveis de ser minimizados e resgatados, quando as pessoas se unem, voluntária e associativamente, buscando soluções de interesse comum. Eis aí exemplos, muitos deles bem sucedidos, de associações de bairro, sindicatos, cooperativas, consórcios, fundações, condomínios, empresas de participação comunitária.

Não se esperar apenas ações oficiais ou a boa vontade de governantes. Também não ficar de camarote criticando negativamente, atirando pedras, esperando que o outro faça. Tenhamos sempre um espírito participativo, solidário. Transformemos nossa insatisfação em iniciativas comunitárias, para o que é fundamental a participação de todos os segmentos – produtores, profissionais liberais, funcionários públicos, aposentados, empresários, o cidadão comum. Insatisfação, inconformismo devem, pois, nos levar a novas soluções e inovações ante os problemas cotidianos. Pensarmos não só na solução, mas também naquilo que lhes deu causa e erradicá-la(s) se possível.

Cooperativas e empresas de pessoas são um exemplo de empreendimento comum, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do meio onde atuam. São elas uma ponte que liga o mercado ao bem estar social. Necessitam, todavia, ser bem geridas, competitivas, profissionalizadas, com adequação às novas tecnologias, ao comportamento social e político das pessoas e do mercado globalizado, qualificação de mão de obra, criatividade, investimentos, de forma a se gerar soluções disruptivas, eficientes. Não são, como muitos pensam e agem, instituições caritativas.

Cooperativas e seus membros, afinal, se regem por valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social, preocupação com o semelhante (valorização e respeito às pessoas), com o meio ambiente e o desenvolvimento pleno da coletividade.

Ofícios sagrados



Ele conhecia sobre os remédios do corpo; ela produzia os remédios da alma. O farmacêutico Henrique Pereira Santiago fez história em sua comunidade como o profissional carismático e dedicado que, dia e noite, atendia

afritos com suas injeções, seus xaropes, seus elixires. Já a saudosa D.Beralda se dedicava à alma enquanto cuidava dos rituais tão importantes às manifestações de fé. Era ela quem floria os altares da Matriz em São Tiago e confeccionava, também, as hóstias das celebrações.

Pág. 03

O memorável - e misterioso - Tiradentes

O feriado de 21 de abril traz à tona com latência a memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Mártir da Inconfidência Mineira, a complexidade de sua figura supera em muito o que tradicional e didaticamente é apresentado nos livros História. Há quem conteste seu legado, há quem pontue dados supostamente omitidos em biografias, há interrogações que seguem sem respostas - incluindo o real paradeiro de seu corpo esquartejado. Tudo isso impulsiona o mito e a força do mineiro nascido na Fazenda do Pombal, em nosso Campo das Vertentes,

Pág. 05

O Brasil antes de Cabral

Abril também é mês de se falar sobre o "descobrimento" do Brasil. Termo, aliás, muito questionado. Embora Pedro Álvares Cabral seja nome irrevogável historicamente, pontua-se não apenas o protagonismo das populações indígenas que aqui já se encontravam, como também uma possibilidade interessante: com navegações e incursões tão proeminentes protagonizadas por gregos, chineses, árabes e os famigerados vikings, será mesmo que nosso território permaneceu desconhecido pelos estrangeiros ao longo de tantos séculos?

Pág. 08

São Longuinho, São Longuinho...

Difícil encontrar quem nunca tenha recorrido ao padroeiro dos objetos perdidos. Tradicionalmente, acredita-se que basta rogar ao santo e prometer-lhe três pulinhos para que algo desaparecido seja localizado. Em nossas páginas, um relato completo sobre aquele que, dizem, foi invocado por um Papa. O motivo? Os papéis envolvendo a canonização de São Longuinho teriam sumido.

Pág. 10

ADIVINHAS

1. O que é que corre em volta do pasto inteiro sem se mexer?
2. O que é que nunca passa, e sempre está na frente?
3. O que é que pode ser de ferro, de gelo, de chocolate e de água ao mesmo tempo?
4. Quais as capitais brasileiras mais faladas no mês de dezembro?
5. O que é que quando se escreve com "o" costuma matar, e com "a" só serve para amarrar?

Respostas: 1- A cerca; 2- O futuro; 3- Barra; 4- Natal, Belém e Salvador; 5- Tiro/Tira

Provérbios e Adágios

- Beleza é isca, casamento é anzol.
- Bata, mas não entre.
- Balanceia mas não cai.
- Boca que não merece beijo, pimenta nela.
- Barco perdido, bem carregado.
- Bom no bom, todo mundo é.
- Besta é coco, que dá leite sem ter peito.



Para refletir

- Não somos o que pensamos nem o que falamos; somos o que fazemos. *(Aristóteles)*
- Cuidado com as despesas miúdas; pequenos vazamentos podem levar um grande navio a pique. *(Benjamin Franklin)*
- Não somos seres humanos vivendo uma experiência espiritual; somos seres espirituais vivendo uma experiência humana. *(Teilhard de Chardin)*

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

AO PÉ DA FOGUEIRA

VOU BUSCAR OS RATOS...

Era dotado de um temperamento sensível, metódico, chegado ao mau humor, à impertinência. Morador no Capoeirão, em propriedade familiar, tinha por hábito deslocar-se a pé para o serviço, por mais distanciado o percurso. Carros que passavam pela estrada esburacada, muitos deles transportando apanhadores de café ou mesmo caminhões leiteiros, vendo-o caminhando, ferramentas e bernal ao ombro, paravam, ofertando-lhe carona. Sua resposta era seca, sem meias delongas, deixando atônitos motoristas e passageiros:

- O dia que eu precisar de carona, eu peço, dou sinal.

Saindo de casa, ao amanhecer, com destino ao eito da roça, céu embuziado de nuvens escuras, encontra-se com um morador da vizinhança, tido como muito religioso, dado a carolices, que lhe pergunta:

- Será que chove hoje Seo Zé?

Zé S. responde no inteiro costume:

- Tu não tá vendo home, que estou saindo de casa. Num tô vindo do céu não... E muito menos adquiri o dom de conversar com São Pedro.

Detestava também filas, burocracias muito comuns em repartições oficiais, a espera para votar ou ainda em hospitais, no caso de consultas e mesmo em lojas comerciais. Era dominado pela impaciência e pela conhecida exasperação. Certa vez, fora comprar remédio para rato – que estavam infestando seu paiol - na loja da Coperbom em Mercês de Água Limpa. Chegando ao balcão, faz alto e bom som o pedido: - me arrume aí raticida. Um ou dois fregueses à sua frente, sendo atendidos, dentre eles o Cacá Reis.

A atendente pede-lhe um tempinho, a fim de atende-lo. Zé S. fica por ali, sôfrego, agitado, saracoteando entre a porta e o balcão, em ostensiva atitude de irritação. A balconista, que já lhe conhecia de velha data a rabugice, observa, determinado momento, que o enervado freguês começava a por o pé na rua, ganhando o passeio:

- Espere, São Zé. Estou acabando de liberar São Cacá e vou atendê-lo daqui a pouco. Mais um segundo só...

- Não se avexe, não, menina. Daqui a pouco eu volto. Vou lá em casa buscar os ratos para tomarem o "remédio" aqui...



Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



APOSTOLADOS SAGRADOS

Na pequena e bucólica São Tiago, lá pelos idos das décadas anteriores à de 60, longe da tecnologia, a maioria dos afazeres era manual. O homem do campo arando a terra com a ajuda de animais, cortando capim e outros afazeres, utilizando foice, facão e machado. Os retireiros faziam a ordenha manual. Quem tinha mais vacas deveria começar mais cedo, pois demorava muito. Mulheres faziam tapetes, colchas em grandes teares, outras crochê, tricô, bordados, costuras à mão e, às vezes, com máquinas simples. Tudo feito artesanalmente, sem previsão de término do trabalho. Passar roupas era com ferro a brasa.



No Grupo Escolar “Afonso Pena Junior”, os planos de aulas, redação de documentos e toda escrita eram feitos a mão. Escrituras e certidões do Cartório e da Igreja também manuscritas. Na Prefeitura havia uma simples máquina de datilografia, usada para toda a redação oficial do município e da câmara. Os pequenos avanços estavam nos relógios de bolsos que os senhores carregavam, os poucos rádios de mesa que pegavam ondas sonoras ao longe, a Usina do Morro da Vigia que oferecia energia elétrica para cidade. Era a tecnologia que

dores físicas, feridas e moléstias de quem o procurasse. Atividade sagrada e bendita! Quem tem uma dor ou sofre de algo, quando encontra o remédio certo, tem paz no corpo, e conseqüentemente na alma. O Sr. Henrique era uma figura singular na comunidade que ajuda muito amenizar as dores do corpo!

No mesmo Largo da Matriz, na sacristia da Igreja, havia outra pessoa que se responsabilizava pela confecção das hóstias que se tornariam o “alimento espiritual para o corpo e para a alma”: a saudosa e grande voluntária da Paróquia de São Tiago, dona Beralda, muito dedicada às coisas da Igreja. Após arrumar sua casa, fazer o almoço e cuidar dos

seus filhos, subia para a Matriz. Além de ser uma das responsáveis pela limpeza, buscava flores nas casas para enfeitar o altar, junto a outras ajudantes da igreja. De duas a três vezes por semana se dedicava horas e horas na confecção de hóstias, que eram usadas pelos padres na celebração da Santa Missa. Enquanto as colegas limpavam a igreja, dona Beralda ali na mesinha perto da escada na sacristia, começava a fazer as hóstias. Ligava na energia uma rústica fôrma que se esquentava, depois despejava farinha de trigo já diluída em água. Logo saíam quatro pequenas hóstias e uma grande. Após retirar da fôrma, recortava e guardava



começava a chegar timidamente na cidade.

Além de outros ofícios que enobreciam os cidadãos, duas pessoas, em épocas distintas executavam atividades que poderiam ser consideradas como -“Sagradas” -devido serem meios para a cura do corpo e da alma. Quem as executava eram o farmacêutico Henrique Pereira Santiago¹ e a leiga dona Beralda Francisca de Paula² casada com o Sr. Bento Carlos Teixeira.

Naquele tempo, não havia quem não conhecesse na cidade e região, o famoso farmacêutico Sr. Henrique. Carismático, caridoso, amigo e sensível em suas atribuições, a qualquer hora do dia ou da noite; aplicava injeções, fazia elixir, xaropes, vitaminas, loções e diversos outros remédios para a cura das

nas latinhas. O que sobrava, “os retalhos”, dava para as crianças, que buscavam flores para enfeitar o altar e para outras pessoas que ajudavam na organização. As crianças gostavam muito! Dona Beralda passava o maior aperto em épocas de grandes celebrações, como a Semana Santa, Corpus Christi, Festa de São Tiago, Festa de Agosto e de Nossa Senhora da Conceição, pois o movimento nas celebrações era maior. Ficava mais dias e longas horas fazendo as hóstias para aquelas celebrações. Às vezes até levava a fôrma para sua casa, a fim de ir adiantando o serviço. A criançada das ruas próximas da casa dela, sabendo, não deixava de ir lá para comer retalhos de hóstias.

De um lado contribuía o Sr. Henrique fazendo remédio para a cura do corpo. Do outro, dona Beralda confeccionando o alimento que se tornaria nas espécies do Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus, preparando o fiel na comunhão da alma para o encontro definitivo com o Altíssimo.

1 - Sr. Henrique faleceu aos 63 anos de idade em 09/05/1960.
2- D. Beralda faleceu aos 76 anos de idade em 09/07/1986.
Tinha também um dom muito especial de fazer benzeções.

JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, O TIRADENTES

230 anos de sua detenção e do sufocamento da Inconfidência Mineira (1789-2019)

A figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é, inequivocamente, uma das mais emblemáticas e extraordinárias da nacionalidade brasileira. Passados mais de dois séculos de seu martírio, sua vida e seu ideário ainda hoje são motivos de extensas pesquisas, controvérsias, contudo de soberba, meritória exaltação. Assoma-nos a todos a figura do autodidata, do militar, tropeiro, mascate, topógrafo, dentista e principalmente o revolucionário, legando-nos indelevelmente uma personalidade de temperamento indagador, questionador, de caráter nobre, franco, leal, conversa agradável, sensível às aspirações maiores da nação brasileira.

Nasceu na Fazenda do Pombal⁽¹⁾ nas proximidades de São João Del-Rei, território hoje pertencente ao município de Ritópolis, batizado aos 12-11-1746 na capela de São Sebastião do Rio Abaixo⁽²⁾ Filho de Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier, tendo ficado órfão de ambos os pais. Foi minerador, tropeiro, dentista (daí o seu apelido Tiradentes)⁽³⁾ boticário, militar e ativista político, com atuação mais específica nas Capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Foi o personagem símbolo da conspiração denominada “Conjuração” ou “Inconfidência Mineira”, deflagrada em 1789. Patrono cívico do Brasil pela Lei 4867, patrono das Polícias Militares e Civis do Brasil, herói-mártir nacional desde o advento da República (1889). É a única pessoa homenageada com um feriado no dia de sua morte, tendo sido enforcado pelo Regime Colonial Português no Rio de Janeiro aos 21-04-1892, após três anos de detenção e confinamento da Ilha das Cobras.

O dia de sua execução (21-04) é feriado nacional e seu nome acha-se inscrito no Livro de Heróis da Pátria desde 21 de abril de 1992, ano em que se lembrou os 200 anos de seu holocausto). A antiga vila de São José Del-Rei, hoje Tiradentes, foi renomeada e ressignificada em sua homenagem.

Infância e Juventude – Joaquim José da Silva Xavier era o 4º dentre os sete irmãos do casal Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier. Órfão de mãe aos 9 anos (falecida aos 06-12-1755) e de pai aos 11, vê-se, juntamente com os demais irmãos praticamente na pobreza, tendo as propriedades e bens da família levados por credores. Tiradentes, ao que se sabe, não teve estudos regulares, ficando sob a tutela de seu tio e padrinho Sebastião Ferreira Leitão, que era minerador e cirurgião dentista, com quem se iniciaria profissionalmente. Teria trabalhado na região do Rio das Mortes até os 20 anos, período em que comprou mulas, escravos e mercadorias, tentando a vida como tropeiro pelas vilas do Caminho Novo, entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Em seu roteiro, deslocou-se até a Bahia, mas os negócios não foram bem, chegando a ser detido próximo a Diamantina por defender um escravo que era espancado pelo dono, poderoso fazendeiro daquela região.

De espírito arguto, inteligente, irrequieto, trabalhou ainda jovem como mascate, minerador, tornando-se sócio de uma botica de assistência à pobreza na ponte do Rosário em Vila Rica, aí dedicando-se às práticas farmacêuticas e ao exercício da profissão de dentista. O frei Raimundo de Penaforte escreveu que Tiradentes “ornava a boca de novos dentes, feitos por ele mesmo, que

INTERNET/DIVULGAÇÃO



pareciam naturais”. Teria aprendido conhecimento sobre plantas medicinais adquiridos com seu primo o Frei José Mariano da Conceição Vellozo, conceituado botânico de renome internacional. (ver matéria em nosso boletim: CXXX – julho/2018).

Vida Adulta – Com os conhecimentos adquiridos na área de mineração, tornou-se técnico em reconhecimento de lavras e na exploração de seus recursos, chegando a trabalhar para o governo colonial, a esse respeito, no reconhecimento e levantamento do sertão sudestino. Cansado de atividades errantes pouco rentáveis, alistou-se em 1780 na tropa paga (Companhia de Dragões) da Capitania de Minas Gerais e já em 1781 nomeado comandante do destacamento de patrulha do “Caminho Novo”, estrada que ligava o porto de Parati e o Rio de Janeiro à região da Mantiqueira e sertões mineiros, atingindo a patente de alferes (segundo tenente)⁽⁴⁾ Sua eficiente atuação levou ao desbaratamento e prisão de perigoso grupo de salteadores liderados pelo temido Montanha.⁽⁵⁾ Foi, a partir dessa época, que Tiradentes passou a conviver com pessoas e grupos insatisfeitos com o domínio português. Afasta-se da Cavalaria em 1787, passando a morar no Rio de Janeiro, onde idealizou projetos de canalização dos rios Andaraí e Maracanã para a melhoria do abastecimento de água no Rio de Janeiro, não obtendo autorização para a execução das obras. Propôs ainda a drenagem de alguns mangues para fins de saneamento e a instalação de moinhos com o desnível dos córregos Catete, Comprido e Laranjeiras, bem como a construção de armazéns e trapiches na

área do porto, permitindo a carga e descarga de vários navios ao mesmo tempo e ainda a ligação Rio-Niterói por sistema de barcas. Como de sempre, só ouviu o silêncio ou a arrogante negativa das autoridades, que só tinham olhos para a cobrança de impostos ⁽⁶⁾ Viu assim aumentar seu desprezo e indignação para com o governo português. Retorna a Minas, passando a pregar a independência daquela Capitania, integrando-se a outros sublevadores – quase todos membros da elite intelectual, econômica e eclesíastica – dentre esses Claudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Pe. Carlos Toledo etc.

O movimento sedicioso ganhou reforço ideológico com a independência das colônias inglesas na América do Norte, formando os Estados Unidos (1774) Há que se ressaltar o grande número de estudantes brasileiros em Coimbra e na França, quase todos eles mineiros e que trouxeram para o Brasil os ideais liberais e iluministas que circulavam amplamente na Europa, ensejando grandes transformações políticas, dentre elas a Revolução Francesa (1789).

Sua Participação na Inconfidência – Além dos fatores externos, aspectos políticos, econômicos e religiosos contribuíram, igualmente, para a articulação da Conjuração no âmbito da Capitania de Minas Gerais. A queda da atividade mineradora levou ao declínio da receita institucional, decidindo a Coroa, em 1789, promover o mecanismo da Derrama, de forma a garantir as receitas oriundas do Quinto, imposto colonial que reservava 1/5 (um quinto) de todo o minério extraído nos domínios do Reino Português. Desde 1783, com a posse do governador Luis da Cunha Menezes houve a marginalização de parte da elite local, já em si endividada, culminando

com a decisão do novo governador da Capitania, Luis Antonio de Mendonça, Visconde de Barbacena, que decretou a derrama, isto é a cobrança forçada dos impostos, incluindo a prisão do devedor. Era uma forma drástica de se saldar a dívida mineira, acumulada desde 1762, do Quinto e que, a essa altura, somava 768 arrobas de ouro. Algo impagável.

Acirrados os ânimos, com descontentamento geral, a conspiração, prevista para ser deflagrada a 15-03-1789, viu-se abortada por vários delatores, também participantes da conspiração, dentre eles o Cel. Joaquim Silvério dos Reis, o Ten.Cel. Basílio de Brito Malheiros do Lago e Inácio Correia de Pamplona ⁽⁷⁾ em troca do perdão de suas dívidas para com a Real Fazenda. O Visconde de Barbacena, em 14-03, de posse das denúncias, suspendeu a derrama, abrindo investigações e comunicando o fato ao Vice-Rei no Rio de Janeiro, ocorrendo várias prisões.

Tiradentes, que se achava no Rio de Janeiro, acabou igualmente preso. Os inconfidentes aguardariam três anos até a finalização do longo e angustiante processo, sendo julgados e sentenciados por crime de lesa-majestade ou seja traição contra o Rei, conforme as Ordenações Afonsinas e Ordenações Filipinas, vigentes à época. Ao final, Tiradentes foi o único conspirador punido com a morte (enforcamento), sendo os demais condenados ao degredo ⁽⁸⁾.

Sabe-se que Tiradentes absorveu grande parte de suas ideias libertárias por ter acesso à biblioteca do Cônego Luis Vieira da Silva, um dos inconfidentes, aí conhecendo as obras de Rousseau, Montesquieu, John Locke.

NOTAS

(1) O local (berço) de nascimento de Joaquim José da Silva Xavier é hoje motivo de acirrada “disputa” entre os municípios de São João Del-Rei, São José Del-Rei (Tiradentes) e Ritópolis, havendo dissensão entre historiadores e autoridades a respeito.

(2) “Aos 12/11/1746, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, o reverendo Padre João Gonçalves Chaves, capelão da dita capela, batizou e pôs os Santos Óleos a Joaquim, filho legítimo de Domingos da Silva dos Santos e de Antonia da Encarnação Xavier; foram padrinhos Sebastião Ferreira Leitão e não teve madrinha; de que fiz esse assento - O coadjutor Jerônimo da Fonseca Alvares?” (Arquivos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar – São João Del-Rei)

(3) Segundo seus biógrafos, Joaquim José da Silva Xavier tinha, igualmente, vários outros apelidos como “Corta-vento”, “Liberdade”, “Gramaticão”, “República”

(4) A palavra “alferes” vem do árabe “al faris” (cavaleiro, escudeiro). Na Idade Média, alferes eram os militares, geralmente os mais destros, encarregados de conduzir a bandeira ou estandarte da unidade ou ordem militar, sendo, por vezes, o seu próprio comandante.

(5) Sobre quadrilhas e salteadores mineiros, incluindo a Quadrilha da Mantiqueira, chefiada pelo bandoleiro Montanha, ver matéria em nosso boletim nº XCVIII – outubro/2015.

(6) Os projetos de Tiradentes viriam a ser postos em prática e nos mesmos moldes, a partir de 1808, por D. João VI, quando da instalação da família real no Rio de Janeiro. Até mesmo, seus projetos de urbanização e saneamento da cidade seriam aplicados/aproveitados pelo engenheiro Paulo de Frontin, um século depois.

(7) Sobre Inácio Correia Pamplona, ver matéria em nosso boletim nº XCVIX – Dez./2015.

(8) Sobre a Inconfidência Mineira em nossa região ver matérias em nosso boletim nº CII – março/2016.

ALGUNS (OU VÁRIOS) PONTOS OBSCUROS E CONTROVERSOS DA VIDA DE TIRADENTES

Inúmeros fatos, em parte devido à deficiência de provas documentais ou fruto de mitos e especulações, como soi ocorrer com renomados vultos históricos, giram em torno à vida de Tiradentes.

- O exato dia de seu nascimento e sua naturalidade.
- Sua descendência. Embora nunca tenha se casado, há referências a relacionamentos seus com Antonia Maria do Espírito Santo, com Eugênia Joaquina da Silva (com quem teria tido dois filhos), com uma certa Perpétua Mineira (esta relação é mencionada pelo médico e escritor fluminense Joaquim Manuel de Macedo em suas “Memórias da Rua do Ouvidor”, cap. 7).
- O real destino de seus despojos, após seu esquartejamento.
- Seus vínculos (e de outros inconfidentes) com a Ordem Maçônica.
- Se teria escapado à forca (há quem afirme peremptoriamente, inclusive estudiosos sérios, que Tiradentes teria escapado ao patíbulo – alguém fora enforcado em seu lugar – refugiando-se na Europa).
- Se seria um incontestável líder inconfidente ou um mero coadjuvante (ou ainda “bode expiatório”) como alguns capciosamente afirmam...

ANTONIA DA ENCARNAÇÃO XAVIER - a mãe de Joaquim José da Silva Xavier

Batizada aos 12-04-1721 na Igreja de Santo Antonio da freguesia de São José, comarca do Rio das Mortes, filha de Domingos Xavier Fernandes e Maria de Oliveira Colassa (Sá), sendo padrinhos Agostinho Francisco da Silva e Antonia da Silva, todos moradores da citada freguesia.

Seu pai, Domingos Xavier Fernandes era natural de Pousada de São Tiago da Cruz, termo de Barcelos, Concelho de Vila Nova de Famalicão, Arcebispado de Braga, onde nasceu aos 24-08-1683. Sua mãe, por sua vez, nascida por volta de 1701, era natural de São Paulo, provavelmente da região de São Vicente ou de Franca, onde a família Colasso tinha antigas ramificações, estendendo-se seus descendentes, em inícios do século XVIII, para o sul de Minas. (A palavra Colasso significa “irmão de criação” ou “irmão de leite”).

Domingos Xavier Fernandes e Maria de Oliveira Colasso se casaram aos 21-10-1716 na vila de São Tomé (MG), tendo os filhos: Antonia da Encarnação Xavier, Rita de Jesus Xavier, Catarina de Assunção Xavier, Maria Josefa da Conceição Xavier e Josefa Maria da Conceição. Domingos Xavier desempenhou o cargo de provedor dos quintos do distrito do Bichinho, pertencente à vila de São José (Tiradentes) por nomeação de D. Lourenço de Almeida em 01-02-1723.

D^a Antonia da Encarnação Xavier casou na mesma Igreja de Santo Antonio aos 30-06-1738 com Domingos da Silva dos Santos, português natural de Santo André de Codeçoso, termo da vila de Basto, vila nova de Teixeira, Comarca da vila de Guimarães, arcebispado de Braga, filho de André da Silva e Mariana da Mota da Silva. Foram testemunhas do enlace: José Vellozo Carmo, Bernardo Rodrigues Dantas, Mariana da Conceição Xavier e Rita de Jesus Xavier e oficiante o Pe. Dr. José Nogueira Ferraz.

Domingos da Silva dos Santos teve, em solteiro, uma filha de nome Clara, por ele declarada/reconhecida em testamento.

Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier foram moradores de Santa Rita do Rio Abaixo (hoje Ritópolis), proprietários da Fazenda do Pombal, com uma capela dedicada a Nossa Senhora da Ajuda. (“Somos do Rio Abaixo no nosso sitio chamado Pombal, freguesia e termo desta vila” de São José). Antonia da Encarnação Xavier faleceu com testamento, redigido em comum com seu marido, em 1751 e aberto aos 01-12-1755, no total de 7 filhos (à época do testamento conjunto eram 6 filhos e depois de feito este, ainda nasceu mais uma filha). Nomearam, como testamentários, em 1º lugar o Cap. Bernardo Rodrigues Dantas, em 2º Manoel Goularte, em 3º João Gonçalves Chaves e em 4º Sebastião Ferreira Leitão.



FILHOS DO CASAL DOMINGOS/ANTONIA:

I – Padre Domingos da Silva Xavier, batizado na capela de Santa Rita aos 25-06-1738. Requereu abertura de processo de habilitação sacerdotal em Mariana aos 09-12-1756, juntamente com seu irmão Antonio. Aos 25-06-1765 assumiu as funções de capelão da capela de Nossa Senhora da Conceição da vila de São João Del-Rei.

Artur Resende em “Genealogia Mineira” (vol. 4, fls. 137) informa que o Pe. Domingos da Silva achava-se preso no termo de Cuiabá, por fraude (advogara e negociara naquela vila com o nome de Joaquim José Ferreira) “achar-se preso na cadeia por ordem do General por traficância e a requerimento de seus credores”

II – Maria Victória de Jesus Xavier, com 12 anos em 1751. Casou com Domingos Gonçalves de Carvalho aos 01-10-1759 na matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Prados.

Um dos filhos deste casal, o guarda-mor Felisberto Gonçalves da Silva casou aos 29-09-1802 na capela de São Tiago com Ana Bernarda da Silveira, filha do Cap. Bernardo José Gomes da Silva Flores e Joaquina Bernardina da Silveira.

III – Pe. Antonio da Silva Santos, com 10 anos em 1755. Requereu abertura no processo de habilitação sacerdotal em Mariana aos 09-12-1756, juntamente com seu irmão Domingos. Redigiu seu testamento na Fazenda do Castelo de Nossa Senhora da Ajuda, aplicação de Nossa Senhora dos Remédios, freguesia de Barbacena, aberto aos 06-12-1805. Deixou legados a várias de suas sobrinhas e como herdeiro o seu sobrinho o guarda mor Domingos Gonçalves de Carvalho.

IV – Joaquim José da Silva

Xavier, o Tiradentes – batizado aos 12-11-1746 na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, filial da matriz de São João Del-Rei, com 8 anos declarados em 1755. Deixou filhos naturais, descritos por Artur Resende em sua “Genealogia Mineira”

V – Cap. José da Silva Santos – em janeiro de 1785 casou em Tiradentes com Joaquina de Proença de Góis e Lara, natural da capela de Nossa Senhora de Penha de França da Lage, da freguesia de Santo Antonio da Vila de São José, filha do Cap. Francisco Pinto Rodrigues e Ana Maria Bernardes.

D^a Joaquina, nossa tia-avó em 7^a geração, foi batizada na Lage (Resende Costa) aos 02-07-1764 e faleceu na Fazenda do Pomboal com testamento ai redigido aos 04-07-1827, aberto aos 29-12-1835.

Curiosidades: Uma das filhas deste casal, Mathildes Emilia de Lara Santos, casou com o Alf. Antonio Felisberto dos Santos, filho de Manoel Coelho dos Santos e Genoveva de Almeida e Silva, falecido aos 27-05-1857. O casal Mathildes/Antonio Felisberto não teve filhos, mas o Alferes Antonio Felisberto dos Santos reconheceu em testamento o filho natural Crispiniano Antonio dos Santos, que viria ser sacerdote e pároco de Ritópolis, entre 1854 e 1873, com geração (Família “Ribeiro da Silva – São Gonçalo do Brumado).

O Pe. Crispiniano Antonio dos Santos, por sua vez, tinha uma filha natural, Sabina Cândida dos Santos, fruto de um relacionamento antes de seguir a carreira religiosa. Sabina era c/c Francisco José de Souza (este falecido aos 26-02-1853 – Inventário Iphan/SJDR cx. 414), consórcio este com 3 filhos, sendo um deles Crispiniano José de Souza, nascido aos 25-02-1852 e que igualmente viria a abraçar o sacerdócio, ordenando-se no Seminário de Mariana em 1875. Pe Crispiniano (neto) seria, tal qual o avô, vigário de Santa Rita (1875 e 1925), ano de seu falecimento.

VI – Eufrásia Maria da Conceição – citada pela mãe em 1751 e com 3 anos em 1755. Eufrásia Maria da Conceição, casada aos 22-07-1768 com Custódio Pereira Pacheco, natural de Santa Maria de Idiões da vila de Guimarães, arcebispado de Braga, filho de Baltazar Pereira e Maria Pacheco.

VII – Antonia Rita de Jesus Xavier com 1 ano em 1755 (arrolamento no inventário materno). Casou com Francisco José Ferreira de Souza, natural da freguesia de São Salvador do Monte, comarca de Guimarães, bispado do Porto. Francisco ditou seu testamento na Fazenda Piauí aos 14-04-1790, nomeando a mulher por testamenteira, tutora dos filhos e herdeira da terça. Antonia Rita, por sua vez, ditou seu testamento na mesma fazenda aos 20-02-1813.

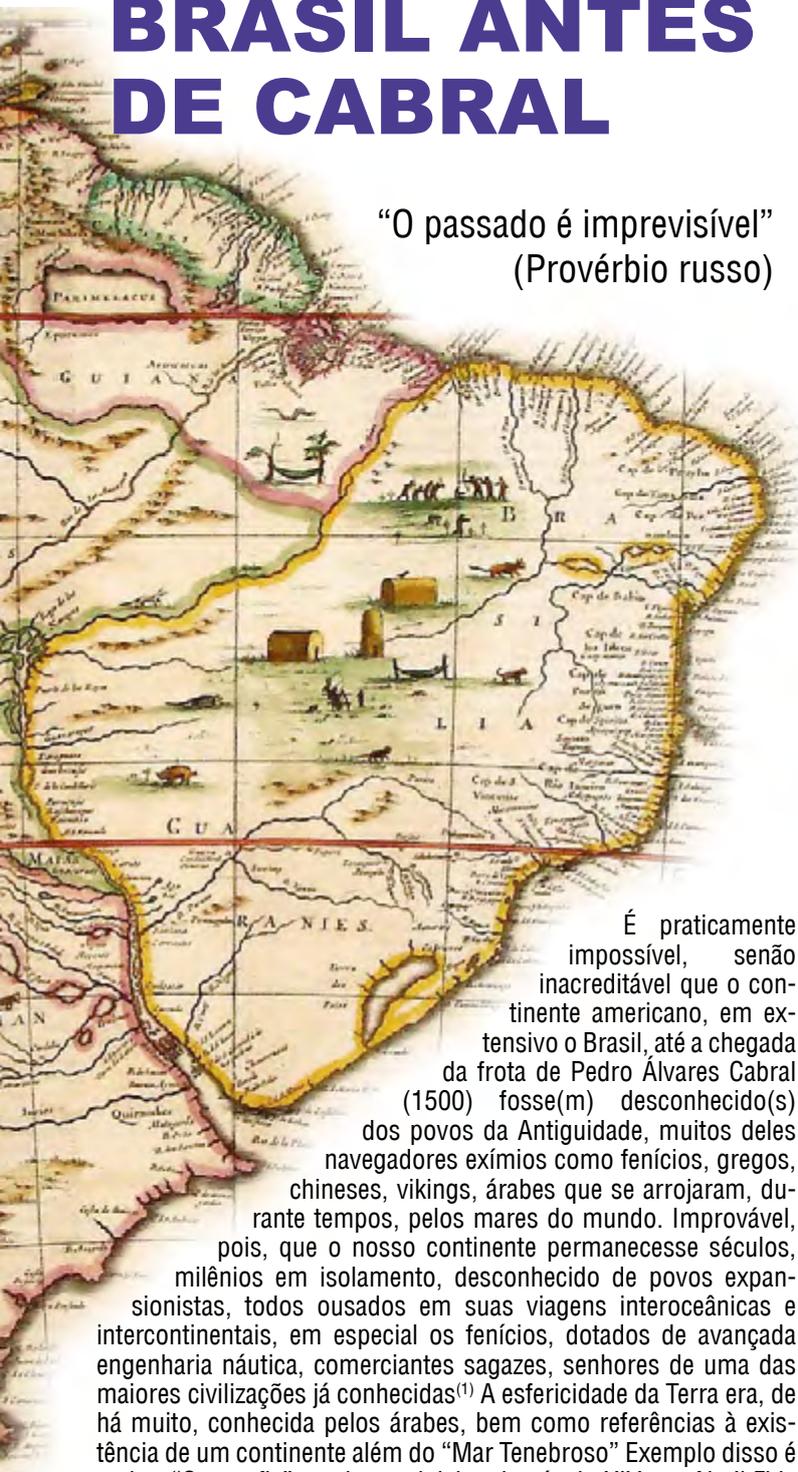
Uma curiosidade: Manoel Machado de Miranda, neto de Antonia Rita de Jesus Xavier e do Cap. Francisco José Ferreira de Souza, (era ele filho de Mariana Rita de Jesus c/c Antonio Machado de Miranda, residentes em Lagoa Dourada) casou com 25 anos, aos 18-11-1844 com Joana Vicência de São José na capela de São Tiago. Joana Vicência era irmã de Ana Antonia de Resende, ambas filhas do cirurgião mór Tomás da Silva Fraga e Francisca de Paula Fortunata de Resende. Foram testemunhas o Cap. Flávio José da Silva e o guarda mor Antonio Ribeiro da Silva.

Lembramos que D^a Ana Antonia de Resende, foi 1^a esposa do Cap. Francisco Ribeiro da Silva, um dos maiores latifundiários escravocratas da região, casamento realizado na capela de São Tiago aos 18-06-1845, era igualmente filha do Cirurgião Mor Tomás da Silva Fraga e D^a Francisca de Paula Fortunata de Resende, proprietários da Fazenda da Papunça em São Tiago. O Cap. Francisco Ribeiro da Silva era filho do guarda-mor Antonio Ribeiro da Silva e Constança Cândida de Jesus e pai do sr. Tomás Ribeiro, sr. Eusébio Resende e sra. Maria Constança Guimarães, esta c/c Cel. Francisco de Paula Rodrigues (“Chico de Paula” 1849-1940, proprietários da Fazenda Mato Dentro em Ritópolis).

(Projeto Compartilhar – Antonia da Encarnação Xavier)

PROTO HISTÓRIA DO BRASIL - O BRASIL ANTES DE CABRAL

“O passado é imprevisível”
(Provérbio russo)



É praticamente impossível, senão inacreditável que o continente americano, em extensivo o Brasil, até a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral (1500) fosse(m) desconhecido(s) dos povos da Antiguidade, muitos deles navegadores exímios como fenícios, gregos, chineses, vikings, árabes que se arrojaram, durante tempos, pelos mares do mundo. Improvável, pois, que o nosso continente permanecesse séculos, milênios em isolamento, desconhecido de povos expansionistas, todos ousados em suas viagens interoceânicas e intercontinentais, em especial os fenícios, dotados de avançada engenharia náutica, comerciantes sagazes, senhores de uma das maiores civilizações já conhecidas⁽¹⁾ A esfericidade da Terra era, de há muito, conhecida pelos árabes, bem como referências à existência de um continente além do “Mar Tenebroso” Exemplo disso é a obra “Geografia” escrita em inícios do século XIV por Abu’l Fida com menção a uma expedição organizada no século XII pelos “Almagrurim” de Alfama, que saíra de Lisboa (quando Portugal ainda estava sob a dominação árabe) com objetivos de saber o que havia no “Mar Tenebroso”, chegando a Uacafi, uma terra muito além das Ilhas Canárias.

Portugal, localizado no extremo sudoeste da Europa, frente ao portal do Atlântico, com privilegiada posição geográfica, pode sobressair-se, em especial após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1543, os quais cortaram o acesso ao Oriente por terra,

forçando os europeus a se aventurarem pelos confins do Oceano Atlântico.

Um estranho silêncio paira entre nossos acadêmicos sobre o Brasil pré-cabralino. É como se nada existisse antes. Periodicamente, a imprensa noticia sobre descobertas em várias partes do País e que são abafadas, relegadas ao ostracismo. Em 1977, o arqueólogo americano Ruben Frank Mark realizou estudos sobre três ânforas localizadas por mergulhadores na Baía de Guanabara e que seriam de procedência fenícia. Muitas são, ademais, a título de exemplo, as discussões sobre as inscrições da Pedra da Gávea no Rio de Janeiro⁽²⁾ Não restam dúvidas, a partir de pesquisas e conceituações mais recentes, de que Cabral viera tomar posse de terras já conhecidas de há muito por Portugal, em nome do Rei.

Estudiosos de nossa proto-história referem-se a indícios da presença das culturas fenícia, e grega e que se tornam fontes primitivas do conhecimento da antiguidade brasileira (pré cabralina) Mesmo questionados, ignorados, ironizados, tidos como fantasiosos, levantam tais estudos as bases metódicas e investigativas de nosso passado mais remoto. Merecem citação, a esse respeito, dentre outros, os pesquisadores Ludwig Schwennhagem, autor de “Antiga História do Brasil – De 1100 a.C a 1500 d.C) e Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (12-11-1858/05-02-1931), cognominado “O Champollion Brasileiro”. autor de “Inscrições e Tradições do Brasil Pré-Histórico” (2 vol) que reúnem fotos e gravuras de mais de 3.000 inscrições rupestres encontradas no território pátrio. As conclusões de ambos são de que existiu no Brasil uma civilização pré-colombiana, trazida por migrações fenícias e gregas, remontando a uma antiguidade de mais de 800 anos antes da era cristã. Outro estudioso, no campo linguístico, foi o Cônego Raimundo Ulisses de Pennafort, autor de “Brasil Pré-Histórico – Manual Enciclopédico” o qual analisou profusamente a relação fonêmica entre os idiomas fenício e tupi⁽³⁾.

Há referências, ademais, à presença de povos antigos na região do Xingu e a cerca de 800 geóglifos já mapeados na região amazônica, em especial no Acre, datados de 13 a 15 mil anos.

Não se pode olvidar, outrossim, que a memória coletiva de nossos indígenas conserva recordações, crenças, tradições, lendas, rituais que, por mais amalgamados ou vistos como heterogêneos, originam-se de vivências ancestrais decerto remotas, imemorais, emanadas de outras terras ou civilizações, objeto de estudos por antropólogos, paleontólogos, linguistas e arqueólogos.

POSSÍVEIS MENÇÕES À AMÉRICA NA ANTIGUIDADE

- Diodoro da Sicília (90-21 a.C), escritor e geógrafo grego, em sua “História Universal”, capítulos 19/20, 3º Livro, narra a viagem de uma frota fenícia, saída da costa da Líbia (ou Senegal), rumo ao ocidente, que, após muitíssimos dias de navegação, alcançou uma grande ilha, com rios navegáveis, superfície coberta por densas florestas, uma extensa costa, que, muitos atribuem ser o atual Brasil.

- O nome Brasil, segundo pesquisadores, é uma evolução linguística de vários povos, como fenícios, irlandeses, surgindo na Geografia muito anteriormente ao descobrimento da região sul-americana banhada pelo Atlântico. O primeiro registro da “Ilha Brasil” (“Brandam” ou “Venturosa Ilha de São Brandão”) encontra-se na carta náutica do cartógrafo genovês Angel Dalorto, elaborada em 1325, na qual aparece (a “ilha”) a oeste da costa da Irlanda. Há informações de que, em 1343, o navegador português capitão do mar Sancho Brandão, a serviço de D. Afonso IV, à frente de uma expedição de reconhecimento pertencente à marinha de guerra da Ordem do Templo, chegou à “Insula Brasil”, fato este informado pelo próprio rei ao Papa Clemente VI em carta de 12-02-1343, acompanhado de um mapa com a inscrição “Insula do Brasil ou de Brandam” (Fontes: Roberto Costa Pinho – “Museu aberto dos Descobrimentos - Portugal mito e história em busca de outra banda da Terra” São Paulo, Fund. Quadrilátero dos Descobrimentos/FIESP e ainda Felipe Cocu-

zza – “A Mística da Amazônia” – São Paulo, Zahar, 1992 e ainda o historiador Assis Cintra, baseado nos escritos do jesuíta Pe. Manuel Fialho) Antigas crenças ou lendas celtas falavam na existência, além, de uma ilha longínqua, mencionada com o “São Brandão”. O imaginário das ilhas atlânticas compôs o universo medieval islâmico-cristão e ainda a cartografia da época e que segundo historiadores remonta a outras civilizações antigas, chegando, até nós, através da memória mítica de dezenas de culturas e povos que passaram pelo território europeu.

A crença na existência de terras do lado do ocidente – “ilhas afortunadas” – é antiqüíssima. Sagas irlandesas já mencionavam as Ilhas Venturosas, denominadas Hy-O’Brazil. Nos mapas e planisférios medievais (como o de Pizigano de 1367, o atlas de Andrea Bianco de 1436 e a carta de Bartolomeu Pareto de 1455), o mundo conhecido era rodeado por ilhas reais ou imaginárias, sendo mencionadas dentre elas a Ilha Brasil, a oeste da Irlanda. “Durante a Idade Média, a lendária Ilha Brasil povoou a poesia, os mapas, as tradições, as profecias e o folclore. A palavra Brasil tem duas etimologias convergentes: o germânico brasa, que passou ao latim e ao português, de que veio a palavra pau-brasil, devido à cor vermelha; e o celta BRAS ou BRES, paralelo ao inglês BLESS, que significa “bênção”; prende-se ainda ao hebraico BRACHA (ch aspirado como em alemão) também com o sentido de “bênção...” (Cocuzza, op. cit).

O nome “Brasil”, com que foi batizado nosso País, pois, ao que parece, é mais velho do que se supõe. Ou seja, não se conecta apenas à árvore “pau brasil” (ibirapitanga) como afirmam nossos compêndios escolares. Para o etimologista português Batalha Gouveia, a palavra “Brasil” era já usada na língua portuguesa, na Idade Média, no sentido de “carvão miúdo”, produto ao qual se aplicavam “dizima” (tributos), a ser pago pelos carvoeiros de então, citando, para tal, um foral datado de 1377 da cidade de Lisboa. O arqueólogo americano Cyrus Gordon afirma, por sua vez, que a palavra “Brasil” é de origem cananeu-hebraico, significando “ferro”. Para o historiador brasileiro Pedro Calmon seria oriunda do germânico “braezelen”, dando origem às variantes portuguesas “brasa” e “brasil”.

- Na carta nº 5 do cartógrafo Andrea Bianco (1436) aparece igualmente o registro da “Ilha Brasil”.

- Nos mapas-mundi dos cartógrafos italianos Fra Mauro e André Bianco, este já por nós citado acima, a serviço do rei D. João III (1481-1495) aparecem terras a oeste das Ilhas Canárias. O médico e astrônomo florentino Paolo Toscanelli alertara, por sua vez, o rei D. João II sobre “outra rota bem menor” para as Índias (do que a ideada pelos portugueses de contornar a África), “caso se dirigisse para oeste”, evidências de que havia um consenso, entre os sábios da época, sobre a existência de terras ou um continente a oeste.

- O mapa do almirante turco Piri Reis, datado de 1513, cujo fragmento se acha no Museu de Istambul, apresenta com plena precisão cartográfica e com todas as posições de longitude e latitude corretas, toda a costa ocidental da Europa, o norte da África, as costas do Brasil e da América do Sul, o Caribe, a Groenlândia, a Antártida (só descoberta em 1818) e ainda um continente denominado Antilia (Atlântida?).

Piri Reis deixou escrito que, para a elaboração do mapa, se valeu de cartas e mapas “muito antigos e secretos”. Historiadores acreditam que tais mapas tenham sua origem na Biblioteca de Alexandria (que tinha cerca de 700.000 rolos, destruída – sabe-se hoje – principalmente pelos cristãos por ordem do patriarca Teófilo e não apenas pelos árabes) e cujos dados remotíssimos e de alta precisão teriam sido elaborados por volta do ano 4.000 a.C.

NOTAS

(1) A Bíblia, em especial o profeta Ezequiel, faz inúmeras referências à Fenícia, seu povo, suas ricas cidades, dentre elas Tiro e Sidon.

(2) Pesquisas realizadas por comissão de eruditos, inclusive a pedido do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (vol. I – 1839, pp. 98/103), assinada por Januário da Cunha Barbosa, Manoel de Araújo Porto Alegre, sobre as inscrições gravadas em listel no lado direito da Pedra da Gávea não chegaram a conclusões definitivas, afirmando estar “longe de protestar solenemente contra a ideia de serem ou não uma inscrição aqueles sulcos ou traços que se encontram no cume da Gávea”, mas que “os pretendidos caracteres que apresenta o rochedo da Gávea não se assemelham aos povos do velho continente (...) não apresentam semelhança alguma de uma inscrição fenícia, cananeia, cartaginesa ou grega e mais parecem sulcos gravados pelo tempo entre dois veios de granito...” Enfim, discussões em aberto ou no mais estranho silêncio!

Já o Cel. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, segundo ele, após longa e exaustivo estudo filológico e comparativo das línguas antigas, concluiu serem as inscrições de escrita fenícia, procedendo a uma tradução aproximada “Tiro Fenícia, Badezir primogênito de Jethbaal” (In “Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica (Especialmente do Brasil) vol. I, Cap. XIV “As inscrições do Morro da Gávea” Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930).

(3) Há muitas tradições sobre migrações fenícias, os quais mantinham colônias em várias regiões da Ásia Menor, norte da África, por todo o Mediterrâneo, Península Ibérica, podendo supostamente terem atravessado o Atlântico. Há quem diga que o nome Brasil teria origem - seria corruptela - do nome do rei fenício Badezir – ver as célebres e controversas inscrições da Pedra da Gávea (tema referido por autores como Sérgio Orim de Souza, Henrique José de Souza, Vitor Manuel Adrião e outros) e que razões de guerras fratricidas teria sido destruído por volta de 850 a.C e após muitas sagas, ter alcançado terras que hoje formam o Brasil.

Assim, segundo fontes alternativas, nossos silvícolas seriam remanescentes degenerados do Brasil Fenício, que, embora a cultura apurada, civilizada dos fenícios aqui descaíram em termos de vivência social e prática física. Há, ademais, teorias mais ousadas que atribuem serem as tribos ameríndias descendentes ou remanescentes degenerados de povos da antiga Atlântida, continente mencionado por Platão, desaparecido por volta de 10.000 anos a.C. (ver box Atlântida)

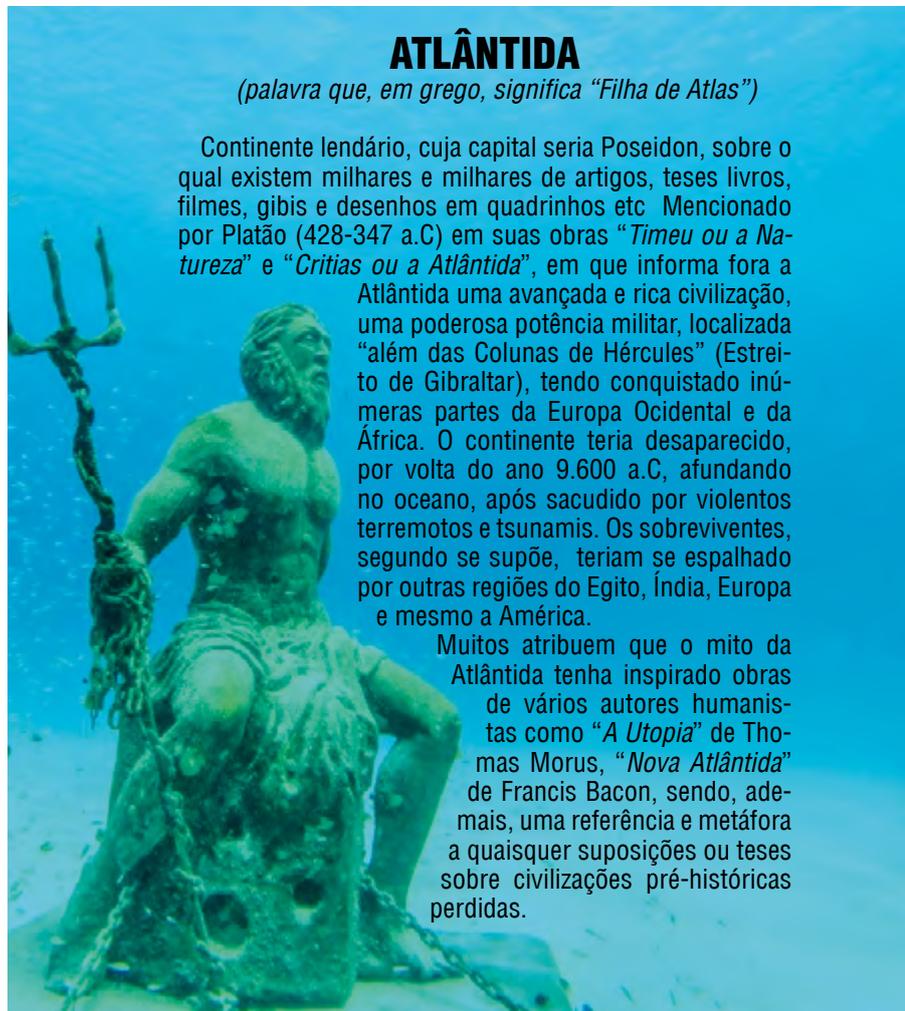
Há ainda quem afirme que as naus de Salomão chegaram até nosso País. Enfim, muitas e muitas hipóteses e teorias, que só o tempo esclarecerá...

ATLÂNTIDA

(palavra que, em grego, significa “Filha de Atlas”)

Continente lendário, cuja capital seria Poseidon, sobre o qual existem milhares e milhares de artigos, teses livros, filmes, gibis e desenhos em quadrinhos etc. Mencionado por Platão (428-347 a.C) em suas obras “Timeu ou a Natureza” e “Critias ou a Atlântida”, em que informa fora a Atlântida uma avançada e rica civilização, uma poderosa potência militar, localizada “além das Colunas de Hércules” (Estreito de Gibraltar), tendo conquistado inúmeras partes da Europa Ocidental e da África. O continente teria desaparecido, por volta do ano 9.600 a.C, afundando no oceano, após sacudido por violentos terremotos e tsunamis. Os sobreviventes, segundo se supõe, teriam se espalhado por outras regiões do Egito, Índia, Europa e mesmo a América.

Muitos atribuem que o mito da Atlântida tenha inspirado obras de vários autores humanistas como “A Utopia” de Thomas Morus, “Nova Atlântida” de Francis Bacon, sendo, ademais, uma referência e metáfora a quaisquer suposições ou teses sobre civilizações pré-históricas perdidas.



SÃO LONGUINHO: conheça a história do santo que ajuda a encontrar objetos

DIEGO DENCK
ESTILO DE VIDA

São Longuinho talvez seja uma das figuras mais populares da Igreja Católica, já que ultrapassa a barreira dessa religião e encontra “seguidores” nas mais diferentes crenças – principalmente entre os brasileiros. Quem nunca fez a sua “reza” (São Longuinho, São Longuinho, se eu achar dou 3 pulinhos) é porque nunca perdeu nada de valor. Mas, afinal, quem foi esse mestre em achar objetos perdidos?

Longinus, também chamado de Cássio, nasceu nos primeiros anos da nossa era, e seu nome significa “Uma Lança”. Acredita-se que ele tenha sido o soldado romano que, justamente com uma lança, perfurou o corpo crucificado de Jesus Cristo, conforme história narrada no Evangelho de São João. Além dele, os evangelistas São Mateus, São Lucas e São Marcos também citam o seu nome.

Esses apóstolos dizem que foi Longinus o primeiro a reconhecer Jesus como o filho de Deus. Alguns historiadores acreditam que ele, enquanto soldado, fazia guarda no sepulcro dos crucifixos e acompanhava todas as crucificações. Após a de Cristo, ele teria se convertido porque o sangue espirrou em seus olhos, curou um problema de visão e o fez “cair em si”.

3 PULINHOS

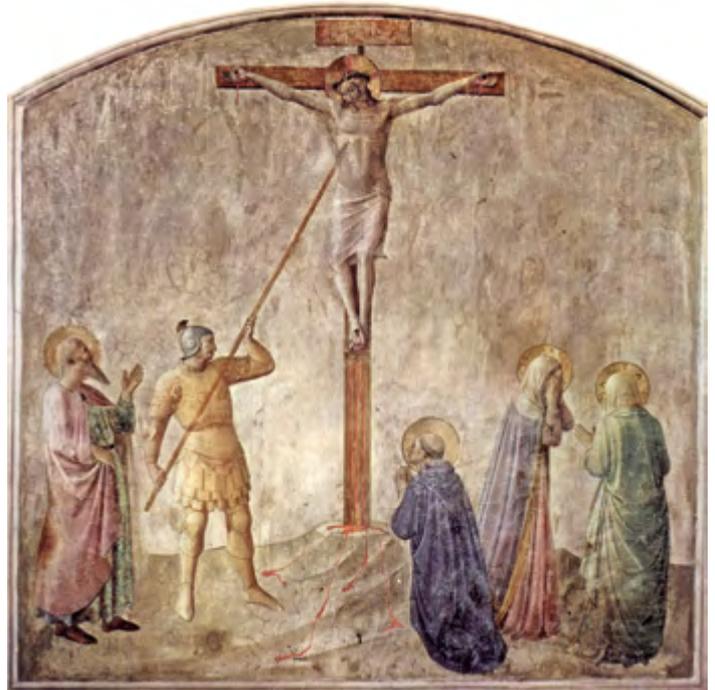
Ao abandonar o exército, Longinus passou a peregrinar e levar a palavra de Cristo, principalmente na região da Capadócia. Ele foi descoberto e denunciado como desertor a Pôncio Pilatos, que o condenou à morte caso não renunciasse à fé. Longinus se manteve firme em seu pensamento, mesmo após ter sido torturado, os dentes arrancados e a língua cortada. Por fim, acabou decapitado.

Ele foi canonizado no ano de 999, pelo papa Silvestre 2º. Acredita-se que os documentos para o processo estavam perdidos e que o papa invocou o próprio aspirante a santo para ajudá-lo a encontrar os papéis. Se essa é uma história real ou apenas lenda urbana, ninguém tem certeza; mas talvez venha daí a tradição de chamar o seu nome para encontrar o que está perdido. Já os pulinhos ninguém sabe quando surgiram.

Na Basílica de São Pedro, em Roma, uma estátua de São Longuinho está colocada ao lado de um dos quatro pilares que sustentam



Estátua de São Longuinho na Basílica de São Pedro: ele costuma ser representado como monge e também como soldado



Longinus teria sido um dos primeiros a reconhecer Jesus Cristo como filho de Deus ao perfurá-lo com uma lança. A ponta da suposta arma está em exposição em um museu de Viena, na Áustria.

a cúpula que está sobre o trono do papa. Atualmente, a Igreja Católica celebra o seu nome no dia 15 de março. E quando se lembrar dele, não se esqueça de dar os 3 pulinhos, hein?

ORAÇÃO DE SÃO LONGUINHO

O santo é bastante popular entre os brasileiros e os espanhóis. Por aqui, a Igreja de Nossa Senhora da Escada, no município de Guararema (SP), é a única a ter uma representação de São Longuinho no altar. E se você tiver curiosidade, conheça também a sua oração oficial:

“Ó glorioso São Longuinho, a vós suplicamos, cheios de confiança em vossa intercessão. Sentimo-nos atraídos a vós por uma especial devoção, sabemos que nossas súplicas serão ouvidas por Deus nosso Pai, se vós tão amado por Ele, nos fizer representar. Lembrai-vos São Longuinho, prodigiosamente tocado pela graça de Jesus agonizante, em sua última hora, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que recorrem a vossa proteção, fosse por vós desamparado. Assim, dignai-vos interpor em meu favor, vossa valiosa intercessão perante Deus, para que me conceda viver e morrer como verdadeiro cristão, e me auxilie a encontrar o objeto que tanto necessito. Amém”.

Depois dessa reza, é só dizer o nome do objeto que procura e rezar um Pai Nosso e uma Ave Maria. Claro que a maioria prefere a mais popular, que faz referência aos pulinhos – só não pode se esquecer de cumprir a promessa ao encontrar o objeto, hein? Afinal, não custa nada agradecer da maneira tradicional, mesmo que ninguém saiba explicar o motivo.

Fonte: www.megacurioso.com.br/religiao/102123-sao-longuinho-conheca-a-historia-do-santo-que-ajuda-a-encontrar-objetos.htm

Johann Georg Grimm foi pintor paisagista, professor, decorador e desenhista alemão, que viveu durante alguns anos no Brasil. Nasceu em Immenstadt im Allgäu aos 22 de abril de 1846 e faleceu em Palermo, Itália, aos 24 de dezembro de 1887. Era filho do carpinteiro Johann Bernhard Grimm e de Maria Anna, tendo perdido a mãe quando tinha cinco anos de idade. Realizava, quando adolescente, diversos trabalhos de carpintaria em madeira como mesas, painéis, barcos e altares de igrejas. Seu pai desejava, contudo, que ele seguisse os passos do comércio. Ao frequentar a biblioteca do castelo de Rahenzelli, tendo acesso a livros sobre arte, viu-se fascinado pelas artes plásticas. Tinha ele frequentado a escola de artes de sua cidade natal, onde se tornara excelente aluno em desenho arquitetônico, caligrafia e desenho de ornamento.

Georg Grimm frequentou a Academia de Belas Artes de Munique entre 1868 e 1870, tendo provavelmente estudado com Karl von Piloty (1826-1886) e Franz Adam (1825-1886), época em que passou por graves dificuldades financeiras.

Após viajar pela Itália, Grécia, Turquia, Palestina, norte da África (Tunísia e Argélia), Espanha e Portugal, dirige-se em 1878 para o Brasil, onde permaneceu até 1880. Após uma estadia de um ano na Europa, retornou ao Brasil, aqui fixando-se entre 1881 e 1888, realizando inúmeros trabalhos artísticos em igrejas, fazendas, paredes de residências etc.

No Brasil, percorreria, no período entre 1885 e 1886, várias cidades interiores, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, produzindo estudos de paisagens e fazendas de café.

Exerceu o magistério como professor da Academia Imperial no Rio de Janeiro de 1882 a 1884, enfrentando hostilidades no meio acadêmico. Destacou-se, todavia, como professor particular, tendo entre seus ilustres discípulos – o chamado “Grupo Grimm” – Antonio Parreiras (1860-1937), Domingos Garcia Y Vasquez (1859-1912), França Júnior (1838-1890), Hipólito Boaventura Caron, Castagneto (1851-1900), Francisco Ribeiro (1855-1900), Thomas Driendi (1849-1916).

JOHANN GEORG GRIMM



DISTRIBUIÇÃO E COMPOSIÇÃO FUNDIÁRIA NO PASSADO

Algumas considerações sobre nossa região

O patrimônio fundiário era símbolo de poder, sobrevivência e honra nos séculos XVIII e XIX, o que se estendeu, em parte, até meados do séc. XX, pautando as relações sociais e políticas da época e figurando como centro, quando não a pedra angular da economia. Tal poder era ampliado pelo domínio de terras, pessoas (quer de escravos no período escravista, quer de trabalhadores livres, como meeiros, colonos e afins), benfeitorias.

A ocupação e exploração do território mineiro provieram, no primeiro momento, pelo extrativismo mineral (ouro) e com o seu declínio, a economia preponderante se diversificaria, cabendo à produção agropecuária importante papel no desenvolvimento da Capitania, em particular da Comarca do Rio das Mortes, que, na virada do século XVIII, era já a mais extensa e a mais populosa de todas. Toda a região da comarca detinha vigorosa atividade comercial, exportando para o Rio de Janeiro vários tipos de produtos, mormente toucinho, suínos, bovinos, queijos, grãos, víveres em geral. São João Del-Rei, cabeça da comarca, operava como entreposto, agregando a produção regional para o seu abastecimento e exportação para a Corte.

Embora a ocupação demográfica tenha se iniciado com a exploração dos veios auríferos e de mineração, foram as condições físicas do ambiente – solo, clima, relevo – que permitiram a vocação agrária regional e a formação/consolidação dos núcleos populacionais que tornar-se-iam mercados variegados de produção e consumo (queijos, carnes, grãos) daí exportados para o Rio de Janeiro e redistribuídos para praças menores, interior afora.

Paralelo à atividade aurífera, que chegara a ser efervescente, muitos moradores, até mesmo com incentivo oficial, optavam pelas atividades mercantis, nelas inclusas ofícios, práticas agropastoris e manufatureiras. O meio era propício, pois constituído por variada vegetação, com áreas de mata secundária, mata virgem, capões, campos, ao lado das diversificadas rotas que atravessavam o território da capitania, gerando negócios e transações mercantis diversificadas.

As transferências de terras processavam-se inicialmente por formas não mercantis – doações de sesmarias, apossamentos, heranças, dote - As doações de sesmarias pelo governo colonial eram controladas, de pequena extensão nas áreas habitadas, em

torno de uma légua em quadra, enquanto na região do sertão as sesmarias poderiam medir três léguas. Para burlar a lei, muitos sesmeiros alegavam ter muitos escravos, condições de ocupar e cultivar tais áreas; requeriam terras em seus nomes, de seus filhos ou de familiares, a título de posse ou domínio, ainda que de forma ilegítima, pleiteando sua oportuna regularização.

Ocorreram fracassos no projeto governamental de reestruturação fundiária, que intentava a sua melhor distribuição, mesmo com a Lei de Terras de 1850 (instituição do cadastro de terras), dada a recusa e resistência dos latifundiários em que o Estado regularizasse a ocupação territorial

Com o prenúncio do fim da escravidão (Lei Eusébio de Queiroz) a terra se valorizou, intensificando-se seu uso e concomitantemente da mão de obra, tornando-se importante agente de liquidez. Há então um processo de expansão do latifúndio, com a expulsão de meeiros, posseiros. A região das minas, dada a maior circulação monetária, provinda da mineração, permitiu, por sua vez, um número abrangente de transações de propriedades, que, em princípio, regeu-se por matriz e predomínio de grupos sociais elitistas.

A região de São João Del-Rei sempre foi composta por unidades produtivas com a utilização de mão de obra escrava e o trabalho familiar, não só homens, mas igualmente mulheres participavam do esforço da produção, seja no campo ou em atividades complementares (ex. fiar, tecer). Outros atuavam em relações mercantis, agregando valor à produção da terra (ex. tropeiros, boiadeiros, negociantes urbanos).

As famílias se estruturavam em torno às relações nucleadas de parentesco, por laços consanguíneos ou não, sendo elas o principal agente econômico, social e político constituído. Formaram uma forte rede de solidariedade, de interesses e influências comuns, com abrangência tentacular e de real poder, dadas a fraqueza, o distanciamento e proverbial inoperância do Estado. Em termos de organização familiar, há que constar que os portugueses, chegados aos trópicos, criavam, ou melhor mantinham uma sociedade colonial, de mentalidade social e cultural corporativista, que lhe(s) era(m) característica(s). Qual nas regiões do Minho, Açores, a posse de bens fundiários era símbolo de poder, de integridade econômica e sustentação familiar. Pesquisas recentes, a partir de

inventários, (séc. XIX), mostram que na região do Rio das Mortes, cerca de 45% dos inventariados eram oriundos de Portugal e Ilhas Atlânticas, sobretudo do Minho e norte de Portugal.

A reconfiguração das unidades fundiárias de exploração familiar se deu pelo fracionamento, via divisão por herança ou comercialização.⁽¹⁾ A exploração em comum, geralmente de benfeitorias, era, todavia, uma forma de funcionamento/ativação do empreendimento rural e de sobrevivência familiar, pois unidades reduzidas tornavam-se economicamente inviáveis. De um modo geral, as divisões eram solidárias, consensuais ou arbitradas, havendo, porém, situações de litígios e conflitos judiciais.⁽²⁾ As formas de transferências/posse da propriedades rurais, de acordo com as informações dos Registros Paroquiais (1855/1856), em São Tiago eram por espólio, herança, compra, permuta e correlatos sendo que a maioria dos proprietários locais (51,32%) não especificou a modalidade.⁽³⁾ Há casos, igualmente, de dissonância e incongruência de informações prestadas quando do registro. Assim, somente o proprietário José Alexandre de Melo declarou possuir 15.840 há, o que correspondia a 55,9% do total de terras declaradas (RPT – distrito de São Tiago)

As transações eram geralmente à vista, às vezes, dentro de relações personalizadas, com interesses pessoais, familiares, mesmo subjetivos, enfim, era um mercado contraditório e peculiar. O preço da terra, sua colocação no mercado (circuitos de compra e venda) muitas vezes era condicionado por fatores como vizinhança, parentela, bem como da localização, benfeitorias, rotas, comunicação, áreas de conflitos etc. As relações da época, no dizer de Norbert Elias, se processavam por “laços invisíveis”, com a interação de “indivíduos interdependentes” baseadas na associação de pessoas, laços de trabalho, afetividade, propriedade, amizade, interesses políticos, familiares, econômicos nem sempre lícitos (“A sociedade dos indivíduos”, R. Janeiro, Zahar, 1994, pp. 22/23)

NOTAS

(1) A terra iria adquirir valor racional (mercado imobiliário) a partir da Lei de Terras (1850) e das políticas de abolição da escravidão, como as Leis Euzébio de Queiroz e do Ventre Livre, com o colapso do trabalho servil, conduzindo a conversão da terra em mercadoria. Fase em que as posses por direito costumeiro, consuetudinário, isto é verbais, são ultrapassadas pelas provas factuais, documentais.

Até a Lei Imperial 601, de 1850, a terra era praticamente destituída de valor econômico, não representando riqueza nominal, o que viria a mudar a partir da citada legislação que normatizava a compra de terras e à medida em que surgiam restrições ao trabalho escravo, sua aceitação como garantia de crédito (a posse de escravos era, até então, condição/garantia de liquidez ante financeiras e bancos em operações de empréstimos). Dessa forma, já por volta de 1850/1860, a terra passa a aparecer e cada vez mais frequentemente, como garantia de pagamento ou caução para dívidas, ao lado ou concomitantemente a benfeitorias, escravos e animais.

(2) Há registros, em nosso meio, de dissensões familiares quanto a partilhas, como nas fazendas Carapuça, Boa Vista, Varginha, Ponte Alta, Lavrinhas etc. Na Fazenda Boa Vista, propriedade de João Gonçalves de Lara Góes, sete herdeiros receberam juntos a quantia de 2:174\$004 réis, enquanto o primogênito recebeu sozinho a cifra de 2:484\$584 réis. O testador tinha, então - um claro costume lusitano - a prerrogativa de destinar, de forma personalizada, um terço de seus bens, em detrimento da igualdade ou paridade dos direitos de herança (Fonte: Iphan/SJDR – ano 1845 – cx. 9, fl. 37) Algo amparado pela legislação, mas que gerava insatisfações e mesmo sérias dissensões familiares. Assunto que bem serve para trabalhos de TCC ou teses acadêmicas para nossos universitários. Mãos à obra...

(3) A posse majoritária da terra continua concentrada em mãos de pequena parcela de proprietários. Apesar das tíbias tentativas oficiais no passado (Lei de Terras) em diminuir sua concentração, o latifúndio sobrevive até os dias atuais. Os grandes proprietários, em parte hoje ligados ao agronegócio, sempre forjaram estratégias de poder, em especial junto ao Estado, adotando formas de burlar a legislação, possibilitando-lhes sempre maiores domínios fundiários e de apossamento, tema este estudado pela Prof.^a Márcia Mota em sua obra “Fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”, Campinas, Ed. Unicamp, 1996.

As vendas de terras tinham, por vezes, característica fechada e mesmo circunstancial, dentro do circuito familiar ou local, e muitas vezes sem a conceitualização de lucro (ex. objetivava pagamentos de dívidas, ajustes entre herdeiros) Como havia uma rejeição entre fazendeiros ao sistema de hipotecas, cauções – como garantia de crédito – aventou-se na Primeira República um modelo de financiamento para latifundiários baseado em juros subsidiados, redução de impostos de exportação, investimentos estatais de fins privados (patrimonialismo) prática na qual o País sempre pautou sua conduta.





DÁ PARA ENTENDER?

Uma instituição filantrópica de nossa região, por formalidades burocrático-legais, necessita comprovar estar em dia com suas obrigações fiscais para com o Poder Público. Requisita, portanto, a chamada CND-Certidão Negativa de Débitos junto à autarquia municipal ou seja a constatação de que não havia nenhuma pendência ou ônus junto à municipalidade.

Por aqueles tempos, a prefeitura havia alterado a denominação da rua onde se situava a sede da referida entidade. Ao fazer o requerimento da CND, o representante da entidade é informado de que, para fornecer a CND, seria necessário a retificação do endereço não só junto àquela repartição, mas igualmente nos demais órgãos – cartórios, receita federal etc.

Quer dizer: o poder público municipal muda, a seu bel prazer, o nome de rua, o número de uma casa e empurra o problema para o contribuinte. Este que arque com todas as despesas para alteração/retificação do endereço. No caso de uma instituição, algo mais complicado: há que se convocar assembleia geral, lavrar ata, registrar em cartório, solicitar retificação junto à Receita Federal e ainda outros arranjos, para somente o órgão municipal expedir a tal CND.

Uma pergunta: O que tem a situação fiscal do contribuinte com endereço (este alterado arbitrariamente pelo poder público)?

Obs. O representante da instituição ainda passou por constrangimentos, exposto a mo-tejos, quando do atendimento...

BRASIL

PROMESSAS PROFECIAS

E A DURA REALIDADE

*“A grandeza de um país não depende da extensão de seu território, mas do caráter do seu povo”
(Jean-Baptiste Colbert 1619-1683)*

Fala-se, de há muito, no Brasil como “terra do futuro”. Avançamos muito é verdade, mas quão longe estamos ainda de sermos uma nação desenvolvida, respeitada, dignificada por seus filhos e para seus filhos. Um País que não conseguiu ainda encontrar seu caminho, geralmente mal administrado e espoliado por suas elites.

Segundo o ex-Senador Cristóvam Buarque, vários são os fatores que inibem o crescimento do Brasil, fazendo-nos perder o jogo do progresso, para tantas outras nações como Coreia do Sul⁽¹⁾ Singapura, México e tantos outros, em particular a área da educação. Para o Senador Buarque, para quem “os números da educação brasileira são uma verdadeira tragédia”, três são os motivos ou dificuldades em acompanharmos o desenvolvimento tecnológico, educacional e os avanços de outros países:

I – A dificuldade da sociedade em reconhecer a educação como um valor cultural, como fazem os asiáticos. Uma consequência do “desprezo da elite pelo povo” afirma Cristóvam Buarque.

II – A ênfase ou prioridade das políticas econômicas em detrimento das demandas e interesses sociais (esses ficam sempre em último plano para os governantes);

III – O corporativismo por parte dos profissionais que, na prática, dominam o Estado brasileiro, aí inclusos os do setor político, judicial, educacional e congêneres.

Em sua obra “Porque as nações fracassam”, os autores Daron Acemoglu e James Rovinson opinam que um dos principais fatores são as “elites extrativistas”, encasteladas nos poderes do Estado. Criam carteis corporativistas em todos os níveis, com o objetivo de se assenhorear do poder e da riqueza pública, verdadeiras e avassaladoras aves de rapina, algo que no Brasil é óbvio, a olhos vistos, dinastias políticas, econômicas, “legais” com tentáculos poderosos em todos os poderes, em todos os lugares, apropriando-se há décadas, senão séculos, do Estado⁽²⁾ São elites, castas e carteis que se refastelam dos recursos públicos, mantendo a população secularmente na penúria, no subdesenvolvimento, no semi-analfabetismo, sustentada essa por migalhas, meros retratos da miserabilidade.

São políticas públicas antipatrióticas, próprias de vendilhões, que se mantêm à custa de negócios escusos, montanhas de recursos retirados “legal” e ilegalmente da Pátria, usufruídos por grupos partidários, financeiros, empresariais, corporativistas e tão fundamentais ao desenvolvimento e à dignidade do povo e do País.

“O sistema antipatriótico se aproveita de uma característica nacional, a nossa triste ausência de memória”.

(Jean Obry).

“Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Possuir uma glória comum no passado, uma vontade comum no presente. Ter feito grandes coisas conjuntamente e desejar fazê-las de novo – essas são as condições para a existência de uma nação”.

(Ernest Renan).

NOTAS

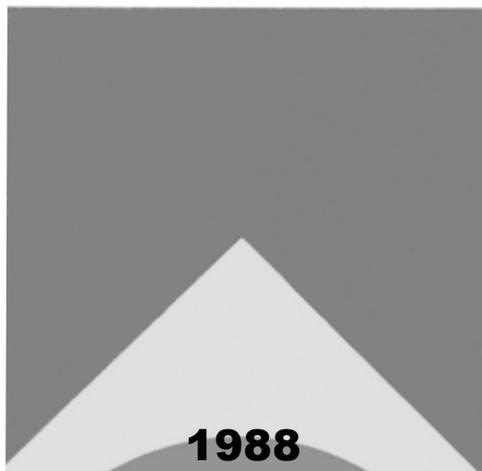
(1) Segundo estudiosos, o Brasil comete três erros crassos, se comparados ao modelo coreano de desenvolvimento: 1. Investimentos maciços em educação, que permitiram à Coreia desenvolver cérebros, dominar tecnologias com reflexo direto na exportação de manufaturados. Aqui migalhas...; 2. Planejamento a médio e longo prazos em infraestrutura e bem estar social; 3. A alta carga tributária brasileira que se torna um enorme, quando não intransponível entrave aos investidores e empresários.

(2) O Pe. Antonio Vieira, notável missionário, orador, diplomata, fora consultado, certa vez, por D. João IV, rei de Portugal, quanto à conveniência de ter no Maranhão, onde então pregava o célebre jesuíta, um só governador ou dois capitães mores.

Em carta enviada ao rei português, datada de abril de 1654, Pe. Vieira, de forma irrepreensível, responde: “Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube. Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem do que um” Nessa mesma carta, Vieira denuncia as atrocidades cometidas pelos colonos contra os “tristes índios” escravizados no Maranhão. (Fonte: “Cartas brasileiras” Sérgio Rodrigues (org.) Companhia das Letras).



CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988



CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988



PAULO E SEU OFÍCIO COMO MANTEIGUEIRO

Lá pelos de 1930, veio residir em São Tiago o Sr. Paulo José de Sousa, natural de Conceição da Barra (Cassiterita), filho do casal Nicolau José de Sousa e Thomásia Rosa de Jesus. Com ele veio sua esposa, dona Maria das Dores da Paixão e alguns filhos nascidos naquela cidade. A convite do Sr. Lopo Martins, são-lourenciano, renomado empresário da região, o Sr. Paulo assumiu a função de manteigueiro na Fábrica Puma, que havia sido instalada à Rua São José, Centro.

O Sr. Paulo tinha grande habilidade em manipular cremes, natas, e fazer a tradicional manteiga, alimento muito apreciado até nos dias de hoje. Não havia energia elétrica ainda no distrito de São Tiago; o processo de produção era todo artesanal. Colocava-se o creme/nata em um suporte de madeira com uma roda, e girava num ritmo só para que o produto se tornasse a manteiga; às vezes, muito demorado, não podia parar de movimentar até que chegasse ao ponto. Chegando, separava-se o soro e colocava-o num barril de madeira. A manteiga era lava-



da em uma grande bacia e em seguida salgada e colocada nas latinhas. A fabricação acontecia nas segundas e quartas-feiras, a partir das 4h da madrugada. O Sr. Paulo e o companheiro José Avelino batiam a manteiga e ainda confeccionavam as próprias latas, que vinham para serem montadas. O soro era doado às pessoas pobres para comer com angu.

Como não havia geladeira e nem freezers, a forma pela qual se congelava o produto era por meio de grandes barras de gelo, que vinham de São João del-Rei. Elas eram colocadas junto a serragem, em um compartimento feito com placadas de zinco e num lugar baixo na fábrica, para conservar mais firme o produto, antes de ser encaminhado para o Rio de Janeiro e, por incrível que pareça, durava quase uma semana. Esse procedimento era necessário em épocas de muito calor. A energia vinda da Usina do Morro da Vigia era muito fraca e não tinha condições de fazer funcionar um freezer ou geladeira. Somente quando a CEMIG foi instalada na cidade (1963) é que foi possível adquirir em São João del-Rei um "freezer".



Depois de organizada a carga de manteiga, saía-se sempre de madrugada em viagem para a capital carioca, a fim de fazer as entregas. Gastava-se cinco dias para lá chegar. Ia tudo lacrado e organizado no caminhão. Na região poucas pessoas adquiriam o produto devido ao baixo poder aquisitivo da população. O único lugar que vendia em São Tiago era o Armazém do Sr. Vicente Mendes, mas para lá eram destinados poucos quilos. Todos tinham desejo de comprar manteiga, mas era algo caro.



Naquela época a pobreza era geral na cidade, e comer manteiga era para poucos. A família do Sr. Paulo e do Sr. José Avelino ganhavam um quilo de manteiga por semana. O Sr. Rafael Caputo já fazia pão. Imagina quantos tinham o desejo de comer pão com manteiga? Coisa de luxo! Para poucos!

Todo o creme/nata que era buscado nas fazendas da região principalmente nas dos senhores Tia-

duzinho, Assis, Tomazinho e Zezinho do José Custódio, dentre outros. O produto era trazido nas latas sobre o lombo de muaras.

Crianças, e até adultos, que passavam na Rua São José, próximo à Fábrica, às vezes manifestavam grande vontade de comer um pouquinho de manteiga. O Sr. Paulo ficava ali com o coração partido, de como faria para dar um pouquinho a essas pessoas, principalmente as crianças, para que não "aguassem". Dizia:

— Meninos vão ali e peguem uma folha no cafezeiro, lavem e tragam aqui; depois coloco uma colher de manteiga para todos.

As crianças amavam esse momento. O Sr. Paulo, além de dar às crianças um pouco de manteiga, se lembrava de mandar o aze-dinho (soro) para as mães darem a seus filhos, sobretudo as que não tinham condições de comprar leite. Pela habilidade que o Sr. Paulo tinha de bater manteiga, acabou ganhando carinhosamente o apelido "Paulo Mantegueiro".

Muitos anos depois, o Sr. Lopo Martins veio a falecer e a fábrica foi vendida a um empresário de São João del-Rei. Com isso, a Fábrica torna-se Laticínios Freire, mas o Sr. Paulo Manteigueiro continuou mais um período da vida ali trabalhando, até se aposentar. Nessa época, quase tudo industrializado, com energia, freezers e máquinas.

Em São Tiago, o Sr. Paulo fez sua vida, ajudou no progresso local e aqui nasceram alguns de seus filhos. Era muito estimado por todos e tinha o prazer de morar na nossa cidade. O executivo e o legislativo municipal reconheceram o seu trabalho e concedeu-lhe o título de cidadão honorário. Aqui viveu quase toda a sua vida e faleceu em 1998, aos 92 anos de idade.

Marcus Santiago
Membro do IHGS